



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1012264-90.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**  
 Requerido: **Wagner Hirmer**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**

propôs AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA contra **WAGNER HIMER**, sustentando que em 07/08/2017 as partes firmaram contrato de abertura de crédito por meio do qual, a parte requerida, a título de garantia, alienou fiduciariamente o veículo FIAT/Palio Attractive 1.0, gasolina, ano/mod 2017, branco, placas FPF 5289, chassi 8AP19627NH4195509, descrito na inicial. Ao longo da execução do contrato, a parte requerida incorreu em mora, ao não efetuar o pagamento da 1ª parcela vencida em 07/09/2017. Ocorreu, em consequência, o vencimento antecipado do contrato. Por esta ação, pede-se a busca e apreensão do veículo, para que com a sua venda possa amortizar ou quitar a dívida, nos termos do DL nº 911/69.

A liminar foi deferida, o veículo foi apreendido (fls. 42) e a parte requerida, citada (fls. 41), não apresentando contestação (fls. 43).

#### **É O RELATÓRIO. DECIDO.**

Julgo o pedido na forma do art. 355, II do CPC, diante da revelia operada. Não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

O instrumento contratual (fls. 1419) evidencia que as partes efetivamente firmaram contrato de abertura de crédito, no qual a parte requerida se comprometeu a pagar 48 parcelas no valor de R\$ 1.384,97, sendo que, em garantia de pagamento, alienou fiduciariamente o veículo FIAT/Palio Attractive 1.0, gasolina, ano/mod 2017, branco, placas FPF 5289, chassi 8AP19627NH4195509.

Ocorre que a parte requerida deixou de quitar já a 1ª parcela das prestações devidas, incorrendo em mora, daí porque aplicável o disposto no art. 2º do DL nº 911/69: "*no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros,*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

*independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver".*

A mora, no caso em tela, como se vê às fls. 20/22, foi comprovada por meio (de carta registrada expedida por intermédio do cartório de títulos e documentos), em consonância com o disposto no § 2º do Decreto-lei mencionado e recebida pelo requerido.

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação e confirmo a liminar anteriormente deferida e executada, a qual já importou em consolidação da propriedade e posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário.

No mais, deixo de condenar a parte requerida nas custas e honorários advocatícios, uma vez que não ofereceu resistência alguma ao pedido.

Não há a necessidade de se expedir ofício ao Ciretran para levantamento do encargo fiduciário, uma vez que o artigo 3º, § 1º do Decreto-lei nº 911/69 preceitua que, por força de lei (sem necessidade de autorização judicial), cinco dias após executada a liminar de busca e apreensão, com a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabe às repartições competentes expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor ou de terceiro por ele indicado (novamente, sem necessidade de intervenção do judiciário).

Feitas as anotações de praxe, arquivem-se os autos.

P.I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2017.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--